UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ALICE JULIANE DA COSTA RODRIGUES

AS NETAS DAS PREFEITAS QUE VOCÊS NÃO CONSEGUIRAM QUEIMAR:

Gênero e desempenho educacional (2016-2020)

RECIFE

2022

ALICE JULIANE DA COSTA RODRIGUES

AS NETAS DAS PREFEITAS QUE VOCÊS NÃO CONSEGUIRAM QUEIMAR:

Gênero e desempenho educacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao fim da graduação no curso de Ciência Política com Ênfase em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Mariana Batista

RECIFE

2022

AS NETAS DAS PREFEITAS QUE VOCÊS NÃO CONSEGUIRAM QUEIMAR:

Gênero e desempenho educacional

ALICE JULIANE DA COSTA RODRIGUES

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Doutoranda Amanda Domingos
Universidade Federal de Pernambuco

Doutorando Evertton Lira
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Mariana Batista
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas as mulheres que vieram antes de mim e abriram as portas para que eu pudesse estar onde estou hoje.

Agradecimentos

Não faria sentido iniciar essa seção se não for agradecendo a todas aquelas pessoas que vieram antes de mim e não se conformaram com o status quo em que viviam, a todos os guerreiros e guerreiras que foram escravizados nesse país e, que lutaram arduamente e mortalmente pela liberdade, o meu mais sincero obrigado. A minha bisavó, que não tive a honra de conhecer, lhe digo pela conexão ancestral que nos liga, que a bisneta de uma mulher escravizada neste país, hoje, torna-se cientista política através de uma universidade pública.

A minha família pelo apoio e incentivo incondicional em meus anos de estudo e por em nenhum momento titubear em acreditar em mim, mesmo quando eu mesma já não acreditava. Em especial, ao inspetor da guarda municipal do Recife, Juliano Rodrigues, na qual chamo carinhosamente de “painho” e a melhor boleira da região, Maria Costa, em que sou honrada por tê-la como minha mãe. Sem a loucura desses dois de nunca medirem esforços para que eu e a minha irmã, Aline pudesse contrariar as estatísticas de jovens pretas de classe baixa e pudéssemos ter o futuro que quiséssemos, eu nada seria. Tudo aquilo que fui, o que sou e o que posso ser, devo a eles.

Aos meus amigos, que foram minha rede emocional e meu alicerce psíquico. Em especial, minha grande amiga Marina Pedrosa e sua família, que nunca largou minha mão; José Luiz Alves, que me sacudiu, demonstrou e me inspirou a ocupar um local que nos é historicamente negado. Ao meu querido amigo, Rennan Pastich que me levou à praia para que eu pudesse descansar corpo e alma, sempre estando disposto a me acolher a qualquer momento de emergência. E, também, a grande cientista política e amiga, Samilly Prado, por não soltar minha mão nessa caminhada, pelo seu amparo acadêmico, mas mais ainda pela sua total compaixão em intervir em minhas crises de ansiedade e, me acalmava com sua amizade com sabor de chocolate e morango.

Ao grupo de estudos IPG-PP/UFPE, que me receberam com grande gentileza, tornando-se um dos grandes motivos para que eu pudesse evoluir no mundo acadêmico. Em especial, aos doutorandos Amanda Domingos, Bhreno Vieira, Evertton Lira, Marcus Torres e Virginia Rocha que sempre foram solícitos aos desesperos de uma jovem iniciante na pesquisa científica. E, claro, a minha grande amiga Renata Cavalcanti, que com tanta honra e coragem, aceitou me guiar nesse projeto e sempre me encorajou a prosseguir nesta profissão.

E, por fim, às grandes mulheres do departamento de ciência política da UFPE que me inspiraram desde o início desta jornada e ao que ainda está por vir, à profa. Gabriela Tarouco. E, claro, a minha orientadora do TCC e princesa Leia da minha vida acadêmica, a profa. Mariana Batista. As únicas da classe docente do departamento que me instigaram e apoiaram a realização de pesquisas com temas extremamente necessários, quando na maior parte do tempo, escutei que não eram temas relevantes que mereciam atenção. Não há ciência quando se ignora a realidade na construção do objeto, e questões como gênero, raça e classe são elementos que cruzam o fenômeno político. Esse trabalho lava a minha alma e me move. Temos algo a dizer.

"Quando a mulher negra se movimenta,

toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela."

(Angela Davis)

Resumo

A liderança de mulheres no executivo municipal traz melhora nos resultados educacionais a nível local? O presente trabalho avalia em que medida a ocupação de mulheres em cargos de prefeitas afeta o desempenho da educação nos municípios brasileiros. Esta visão se baseia em evidências que demonstram que as mulheres na política tendem a colocar uma maior prioridade no fornecimento de bens públicos do que os homens geralmente colocam. Testando a hipótese de que os municípios que tenham uma liderança feminina tenham melhores resultados educacionais em detrimento dos municípios chefiados por homens foi realizado alguns modelos com regressão com dados de painel e efeitos fixos – tendo suas variáveis controladas através do gasto (despesas pagas) com a educação. Os resultados não seguem a direção esperada, mas apresentam significância estatística, demonstrando que ter uma prefeita reduz a nota em educação básica municipal. Apesar de não se deparar com resultados favoráveis à hipótese alternativa, o presente trabalho de conclusão de curso tem sua importância na medida em que contribui para estudos sobre o efeito do gênero sobre as políticas públicas – mais especificamente sobre a agenda educacional.

Palavra-chave: gênero, políticas públicas, educação, município

Abstract

Does the leadership of women in the municipal executive bring improvements in results at the local level? The present work evaluates to what extent the occupation of women in positions of mayors affects the performance of education in Brazilian municipalities. This idea is based on evidence demonstrating that women in politics tend to place a higher priority on providing public goods than men generally do. Testing the hypothesis that municipalities that have female leadership present better educational results to the detriment of municipalities headed by men, some models were performed with regression with panel data and fixed effects - having their variables controlled through expenditures (expenses paid) with education. The results do not follow the expected direction, but are statistically significant, demonstrating that having a mayor reduces the grade in municipal basic education. Despite not finding favorable results for the alternative hypothesis, the present course conclusion work is important insofar as it contributes to studies on the effect of gender on public policies – more specifically on the educational agenda.

Keywords: gender, public policies, education, municipality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

1.1 Contexto e Justificativa.....11

1.1.1 Desigualdade de gênero 11

1.1.2 O impacto do gênero sobre políticas públicas.....15

1.1.3 Mulheres na política 16

2 TEORIA E ARGUMENTO.....18

2.1 Educação: todos nós sabemos alguma coisa.....18

2.2 Preferências e Representatividade de Gênero.....23

2.3 Impactos da mulher na política e nas políticas públicas.....24

3 DADOS E MÉTODO 26

3.1 Desenho de pesquisa.....26

3.2 Dados em Painel: efeitos fixos ou aleatórios.....28

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 31

5 CONCLUSÃO.....37

REFERÊNCIAS.....

1 INTRODUÇÃO

Os papéis de gênero designaram a forma como os indivíduos se comportam em sociedade. E, apesar deste fenômeno contribuir e fazer parte de uma estrutura patriarcal que beneficia um gênero em vista do outro, percebe-se certos padrões de comportamento destes dois grupos nas áreas em que se envolvem e se desenvolvem, no caso analisado, a política. Como mulheres na liderança do executivo municipal afeta o desempenho educacional nos municípios brasileiros? Levantando a literatura sobre o efeito da participação feminina na política acerca de políticas de bem comum, por exemplo, nota-se que o gênero é um fator relevante para a atenção e investimento em certas agendas, como menor mortalidade infantil (HESSEL; JARAMILLO et al, 2020).

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é entender se esse padrão também se repete na agenda educacional. Sendo assim, essa pesquisa testa a hipótese de que as cidades chefiadas por mulheres apresentam os maiores índices de rendimento educacional, tendo o município como nível de análise. Foram coletados dados oficiais do governo brasileiro sobre educação e algumas características dos municípios. A técnica escolhida para analisar esses resultados foi a regressão com dados de painel e efeitos fixos, a fim de obter conclusões que ganhem relevância sobre a o efeito do gênero sobre o resultado de políticas públicas.

1.1 Contexto e Justificativa

Essa seção dedica-se a discutir o surgimento da pergunta de pesquisa, desta forma apresento a linha do tempo da entrada da mulher na política brasileira, – relembrando um dos momentos históricos de maior perseguição às mulheres que se recusaram a aceitar os papéis de gêneros socialmente construídos. Pois, compreende a importância da contribuição para a compreensão de fenômenos do contexto em que vive. Dividida em três subseções, aqui é feita, além da contextualização, a justificativa da importância da escolha do tema.

1.1.1 Desigualdade de gênero

Na busca pela compreensão das demandas sociais enfrentadas pela sociedade contemporânea lançamos nosso olhar para o passado, a fim de compreender como as construções sociais desses fenômenos resultaram no mundo como conhecemos. A exploração de seres-humanos a partir de questões como classe, raça, gênero e outros foi um fator determinante para a divisão da sociedade. Neste trabalho focamos no terceiro fator apresentado, ou seja, na análise a partir do recorte de gênero. Sendo este, um fenômeno que se pauta a partir de uma lógica de dominação patriarcal que lançou e continua lançando mulheres a um lugar de subalternidade perante a sociedade.

Este trabalho de conclusão está inspirado nas observações de Grosfoguel (2012) de que o poder colonial, patriarcal e capitalista que estruturou conhecimento do sistema-mundo da sociedade ocidental que repercute na atualidade está estritamente ligado a quatro episódios. Sendo esses: a conquista de Al-Andalus; a invasão nas Américas e o extermínio dos povos indígenas, a escravização de africanos nas Américas e o assassinato de milhões de mulheres queimadas vivas na Europa, acusadas de feitiçaria. O artigo foca nas consequências diretamente ligadas a esse último episódio, na qual trata-se do genocídio das mulheres que desviavam dos padrões aceitos e impostos pelo poder patriarcal. Esse momento foi responsável

pela intensificação do controle sobre os corpos femininos, parte de um movimento historicamente chamado de “Inquisição”.

A perseguição dessas mulheres começou na Baixa Idade Média. Entretanto, intensificou-se nos séculos XVI e XVII, com o advento das estruturas “modernas, coloniais, capitalistas e patriarcais” de poder. Devido às suas qualidades de autoridade e liderança, os ataques constituíram uma estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra. A acusação era um ataque a milhares de mulheres, cuja autonomia, liderança e conhecimento ameaçavam o poder da aristocracia, que se tornava a classe capitalista transnacional tanto nas colônias quanto na agricultura europeia.

No século XIX essa condição sobre o que significa “ser mulher” e suas implicações foi estreitamente estudada pela filósofa Simone Beauvoir, que em seu livro “O Segundo Sexo” de 1949, compreende essa conjuntura como “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Ou seja, a forma como os indivíduos são socializados e divididos em sociedade está estritamente associado ao seu órgão reprodutor, entende-se que a noção biológica é decisiva para os papéis designados às mulheres. Além de que existiria uma chamada "essência feminina", isso é, um cunho artificial da categoria "mulher" compreendido aqui como um ser humano do sexo feminino.

Dessa forma, o ser humano "não nasce mulher", antes "se torna mulher", através de comportamentos socialmente difundidos, como aprendizagem e repetição de gestos, posturas e expressões que lhe são transmitidos ao longo da vida (BEAUVOIR, 1949). Além de esferas que lhes são impostas, como o trabalho doméstico e a criação de filhos, e a outros que lhes são negados, como a política institucional. Historicamente, as mulheres que não se encaixam nesses padrões impostos pela estrutura patriarcal sofrem consequências severas, como no período já

mencionado conhecido como Inquisição – em que mulheres consideradas hereges pela Igreja por não se encaixarem na lógica de dominação de poder patriarcal, eram acusadas de bruxaria e queimadas, muitas vezes, em praça pública. O fenômeno dos tribunais de Inquisição foi apenas uma das várias expressões de leis e instituições machistas e patriarcais às quais as mulheres foram submetidas ao longo da construção histórica do ocidente.

Parte dos desdobramentos para gerar essa constituição do Estado Moderno é justamente a colonização das Américas. Ou seja, enquanto a Europa estava constituindo esse poder patriarcal capitalista, houve a chegada dos colonizadores nas Américas trazendo sua cultura, ideologia e estilo de vida, na qual impactou fortemente as novas terras (Quijano, 2005). Tendo o Brasil sido colonizado por Portugal fez com que o modo de vida europeu fosse introduzido com uso da violência sobre a vida desses povos nativos. Esse choque de culturas fez com que os povos originários e os africanos sequestrados da África tivessem que se adequar a nova forma de viver. Além do monopólio do poder de decisão se concentrando na mão de homens brancos e ricos, foi contundente com a formação do Brasil enquanto nação. Desde a colonização do Brasil, o papel da mulher brasileira perpassa por funções às vezes exóticas, ora degradantes e até desumanas.

Com o advento da Revolução Francesa, a construção patriarcal da sociedade foi contestada, com mulheres reunindo-se em clubes políticos com o objetivo de fazer valer o caráter universal e igualitário da revolução. No entanto, em termos práticos, poucos avanços concretos foram alcançados e as mulheres no ocidente continuaram vivendo em circunstâncias similares às do antigo regime. Atualmente as brasileiras vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade e na política, no entanto, é evidente que o machismo deixou sequelas bastante perceptíveis na sociedade contemporânea, como demonstrou a pesquisa no Fórum Econômico Mundial, na qual apresenta uma classificação de 153 países no quesito de igualdade salarial.

E, o Brasil ocupa apenas o 130º lugar nessa questão de desigualdade entre homens e mulheres que desempenham trabalho semelhante (G1, 2019). A mesma fonte, ainda, revela que o país precisa de mais de 59 anos para ter igualdade entre homens e mulheres. O Brasil apareceu na 92ª posição no ranking global que analisa a desigualdade de gênero, na qual foi acentuada ao longo do tempo, como revelou o Fórum Econômico Mundial. O Brasil desceu 26 posições em 15 anos, agora, em 2021 o país ocupa a 93° posição (dados 2020) numa análise entre 156 nações avaliadas. A conquista de espaço pelas mulheres nesse recorte temporal é bastante diversificada de acordo com cada área avaliada pelo ranking. As piores perdas de posição aconteceram na área da política, em que o Brasil caiu de 86° para 108°, e na igualdade econômica, na qual desceu de 63° para 89 (Folha de SP, 2021).

Considerando apenas a média brasileira, sem compará-las com outros países, o Brasil apresentou uma leve evolução na desigualdade, pois passou de 0,654 pontos, em 2006, para 0,695 em 2020, em que seria uma escala onde 0 representa desigualdade e 1 para igualdade. Isso significa que se houvesse uma corrida linear a fim da conquista para igualdade de gênero, o Brasil teria percorrido 69,5% do trajeto até o momento em que este trabalho foi realizado, apresentando um avanço de 3.9 pontos percentuais em 15 anos. No entanto, ao juntarmos com outros países, percebemos que se trata de um avanço tímido, pois outras nações avançaram muito mais, ultrapassando o Brasil na escala de igualdade entre homens e mulheres.

Além disso, esses resultados também demonstram que a pandemia do coronavírus piorou a situação, fazendo com que as mulheres somassem mais trabalhos: profissional, doméstico, além da criação integral dos filhos, devido ao fechamento de creches e escolas. Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e PNAD Contínua, o percentual de brasileiras que trabalhavam ou buscavam emprego no segundo trimestre de 2020 caiu ao mesmo nível de 30 anos atrás (45,8%). Se houvesse uma estrada para o alcance da paridade de gênero, as brasileiras teriam recuado alguns passos e voltado ao 68%

do percurso. Esses valores expressam que valiosos avanços foram perdidos, pois significa que no ritmo atual mais uma geração teria que esperar para gozar da plenitude da igualdade entre os gêneros. Seriam necessários 135,6 anos ao invés de 99,5 do último levantamento (Folha de SP, 2021).

Diante desse cenário, um dos princípios da Declaração da Plataforma de Ação de Beijing de 1995, demanda que a perspectiva de gênero seja disseminada em todas as áreas de políticas públicas, a fim de garantir a efetiva superação das desigualdades entre homens e mulheres. Esse documento traz um marco imprescindível em busca da justiça entre os gêneros, na qual define como pontos estratégicos a adoção de “medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos” (Pequim, 2006, p. 216).

1.1.2 O impacto do gênero sobre políticas públicas

Essa pesquisa foca em analisar os fatores intrínsecos a formação do objeto, sendo assim, visto que os interesses dos indivíduos também são construções sociais, na qual pode-se observar um padrão dentro das preferências de acordo com o gênero do indivíduo. A literatura aponta que as mulheres são mais altruístas (Eckel e Grossman, 2008), contrárias aos riscos (Croson e Gneezy, 2009), à desigualdade (Selten e Ockenfels, 1998) e preocupadas com questões familiares e infantis, como saúde, nutrição e educação (Thomas, 1991; Thomas e Welch, 1991). A medida de exemplo, em 2020, um estudo publicado na revista científica *Health Affairs*, concluiu que a maior representatividade feminina na política tem ligação direta com o aumento na implementação de projetos sociais e o acesso à saúde pública – diminuindo a mortalidade infantil. (HESSEL, JARAMILLO, RASELLA, DURAN, e SARMIENTO, 2020). Motivado por esses achados, esta pesquisa de conclusão de curso busca saber se esse padrão também se repete na agenda educacional.

Dessa forma, se mulheres e homens diferem em diversos aspectos já apresentados, como na liderança política e na ênfase às políticas que implementam, o gênero do titular será importante. Segundo Edlund e Pande (2002), as mulheres possuem a tendência de se identificarem com ideologias de esquerda. E, nesse conjunto de ideias há uma concepção de forte interferência do Estado sobre a sociedade, sendo assim, de políticas públicas. Em 2007, Rehavi observou que o aumento da participação feminina nas legislaturas estaduais americanas está paralelamente ligado ao aumento de gastos com o setor de saúde em 15%. Para Schwindt-Bayer (2006) isso se justifica pois, na maior parte das vezes as mulheres ficam restritas às políticas relacionadas ao que se entende por "políticas domésticas" por serem historicamente responsáveis pela administração do lar, bem como educação dos filhos. Enquanto isso, os homens dominam o status quo político, como as discussões sobre macroeconomia e outros temas que são tidos como questões centrais da política.

1.1.3 Mulheres na política

No Brasil, assim como no restante do mundo, o direito ao voto para as mulheres foi resultado de um longo processo de pressão de grupos feministas na sociedade. No caso brasileiro, o reconhecimento aos direitos políticos das mulheres foi obtido em 1934. Atualmente, segundo o IBGE (2012), a população feminina corresponde a 52% da população brasileira, no entanto, somente 15% e 13% da Câmara dos Deputados e Senado são ocupados por mulheres, respectivamente. Neste ritmo atual, serão necessários 99,5 anos para que o Brasil atinja um nível de igualdade de representatividade entre os gêneros. Além do atraso e a falta de apoio à inserção desse grupo em posições de tomadas de decisões públicas fizeram com que a participação feminina na política se tornasse historicamente comprometida.

Diante dessa realidade, muitos debates em relação ao tema são realizados sobre a importância da representatividade em prol do combate às desigualdades de gênero nessa área. Evidências empíricas fortalecem essa pauta ao demonstrar que com a maior participação de

mulheres na política há menos corrupção (Jha e Sarangi, 2014) e melhor controle institucional entre os poderes, além da tendência a menor desigualdade e maior grau de desenvolvimento econômico e social. Pois, segundo dados empíricos, as mulheres tendem a dar mais ênfases à políticas sociais como saúde, controle de natalidade, políticas econômicas de transferência de renda e afins.

O presente trabalho, então, propõe-se a analisar como os municípios liderados por mulheres como chefe do executivo se saem no quesito educacional. Este trabalho contribui para as discussões sobre a importância e os benefícios da representatividade e atuação feminina na política, além da melhora na qualidade democrática. O título deste trabalho traz uma provocação, pois a frase “Somos as netas das bruxas que vocês não conseguiram queimar” remete ao brado de resistência do Movimento feminista liberal, pioneiro na luta pelo direito ao sufrágio – que interpreta toda forma de ocupação de espaços que foram historicamente negados à mulheres como atos de revolução.

Pois apesar de toda perseguição sofrida na Idade Média, enxergam que a persistência de mulheres que se recusam a aceitar os papéis de gêneros socialmente construídos são vistas pelo movimento como sucessoras das ditas “bruxas”. Sendo assim, o título substitui a palavra “bruxa” pela palavra “prefeita” a fim de contextualizar o fenômeno observado por esse trabalho com o intuito de estimular o debate.

2. TEORIA E ARGUMENTO

Segundo o teorema do eleitor mediano, os resultados das eleições não sofrem impactos causados pelas características individuais dos candidatos, visto que ele ou ela iria convergir para a preferência da maioria, ou seja, a preferência do eleitor mediano. Contudo, inúmeras evidências demonstram que mulheres e homens têm preferências e prioridades diferentes, como foram apresentados anteriormente.

Assim, as diferenças de preferências entre os gêneros são percebidas na liderança (Moran, 1992), contabilidade (Barua et al., 2010), tomada de decisões financeiras (Powell e Ansic, 1997) e decisões domésticas (Thomas, 1990). Desta forma, é natural esperar que essas divergências também aconteçam na arena política e nas tomadas de decisões nas políticas públicas. Esse presente trabalho busca saber se os municípios mais vezes liderados por mulheres apresentam melhores rendimentos educacionais, a partir das avaliações vigentes no país, dado que a educação é considerada uma pauta feminina (Schwindt-Bayer, 2006).

No Brasil, houve muito esforço para a criação de indicadores de rendimento educacionais que pudessem guiar políticas públicas sobre efeitos na qualidade da educação de forma mais adequada aos meios. Por isso, a relevância deste trabalho encontra-se além da importância de análise de políticas públicas, mas, também, na representatividade feminina na política, especialmente no que tange os efeitos dessa presença na política institucional. As seções a seguir tratam desse debate.

2.1 Educação: todos nós sabemos alguma coisa

Este trabalho foca nos índices educacionais através de análises intraescolares, ou seja, nas dimensões que ocorrem dentro do âmbito escolar, sendo analisado: a média hora-aula; taxa de distorção idade-turma; média de alunos por turma; indicador de adequação de formação do docente e o percentual de funções de docente com curso superior. Evidências mostram que esse

tipo de dimensão afeta os processos educacionais e seus resultados, pois englobam técnicas organizacionais, gestão administrativa, além das expectativas sociais do corpo discente e, portanto, no sucesso escolar (Dourado, Oliveira e Santos, 2007).

A definição de qualidade abarca múltiplos conceitos a depender de quem estamos falando. Em especial, quando falamos em educação, podemos estabelecer uma conexão entre corpo docente e discente, estrutura escolar, destinação de recursos e governo (Burrows e Harvey, 1992). É perceptível que cada grupo possui visões diferentes a respeito do mesmo objeto (Tam, 2010). Por exemplo, professores e alunos podem identificar que uma qualidade alta de ensino acontece quando estes tiram notas acima da média. A literatura indica ao menos cinco formas de avaliação da qualidade educacional: controle, garantia, auditoria, avaliação e sistema de indicadores. No Brasil, são utilizadas as duas últimas ferramentas apresentadas, sendo ela a avaliação, através do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e os sistemas de indicadores, através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Neste trabalho, não focaremos no debate sobre o que seria uma educação de qualidade, analisaremos esse setor a partir das estratégias de avaliação conduzidas pelo governo federal brasileiro. Esse conjunto de sistemas observa os alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, além do ensino médio em escolas públicas de todo o país, através de testes. Esses exames garantem que os resultados de aprendizagem obtidos sejam válidos e comparáveis ao longo do tempo a fim de observar alguma evolução ou decrescimento. Essas avaliações nacionais de rendimento educacional, também, analisam surveys com diretores de escolas e professores, coletando dados sobre sua nomeação, experiência, demografia e percepções da escola.

O governo federal usa os resultados desses testes e dados administrativos sobre as taxas de aprovação dos alunos para calcular para cada escola uma pontuação no Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No IDEB as pontuações variam de 0 a 10, sendo administrado pelo INEP (uma autarquia federal de alta autonomia e capacidade), órgão frequentemente elogiado por organizações internacionais pela qualidade e confiabilidade dos dados que produz. Essas avaliações aplicadas em larga escala com provas padronizadas, são consideradas instrumentos apropriados de monitoramento das políticas públicas educacionais administradas pelos governos em todos os níveis: federal, estadual e municipal (Oliveira e Waldhelm; 2016). Desde que sejam consistentes e sirvam de referência à realidade observada, e para a obtenção deste referencial, esses órgãos prestam atenção em variáveis que entram como dependentes do ensino.

Para um maior entendimento do cálculo feito pelo IDEB:

- Resultados da Prova SAEB que busca medir a proficiência dos alunos nas disciplinas de português, matemática e ciências, que são padronizadas numa escala de 0 a 10.
- O resultado do Censo Escolar: evasão, reprovação e aprovação escolar que variam entre 0% e 100%.

Tabela 1 – Cálculo do IDEB

Equação	IDEBji = Nji Pji;
i	Ano do exame do SAEB e do Censo Escolar.
N ji	Média da prova em proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, que é medida através de uma escala entre 0 e 10, dos alunos da unidade j (SAEB).
P ji	Indicador de rendimento extraído a partir da taxa de aprovação dos alunos da unidade j (Censo Escolar).

Por exemplo: se a média das notas do SAEB de uma escola 7 e, se essa mesma escola tiver 70% de aprovação, sua nota no IDEB será de 4,9. Este cálculo é realizado para os anos iniciais, considerando o 1° ao 5° do ensino fundamental; para os finais, que vai do 6° ao 9° ano do ensino fundamental e para o ensino médio. Esse índice é utilizado como um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da educação básica brasileira, na qual serve de referencial a criação e acompanhamento das metas de qualidade para a educação fundamental nos seus anos iniciais, finais e de ensino médio.

No entanto, no Brasil, devido a todas as suas sequelas históricas e sociais, o país continua enfrentando desafios extraclasse que atingem a área educacional, como a desigualdade social. Nos últimos anos houve um avanço no número de matrículas nas escolas, e até uma alta no nível de escolaridade da população nas últimas décadas, mas ainda precisa enfrentar problemáticas no âmbito de qualidade (G1, 2021). Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e parceiros, a latente desigualdade socioeconômica do país aumentou, também, a desigualdade educacional entre ricos e pobres, impedindo o pleno desenvolvimento do país. (G1, 2021). De acordo com Franco (2008) quanto maior investimento econômico, maior o desempenho educacional, sendo assim, o poder de investimento também seria um fator de saliência sobre o fenômeno analisado.

Esse fator é enfatizado por outras instituições, como é o caso do Banco Mundial, para eles a ideia de qualidade está ligada, em geral, à questões de eficiência e eficácia nos sistemas educativos, através de medições dos processos de ensino e aprendizagem. Pois, o Banco aponta que a melhoria nos índices de qualidade da educação acontece por meio da criação de sistemas nacionais de avaliação, além da garantia de insumos crescentes nas escolas, como: livros, equipamentos, laboratórios, formação pedagógica e etc. Por isso, há um esforço por parte do Banco em financiar projetos que focam na administração da educação, aquisição de livros, capacitação de professores, equipamento de laboratório, avaliação de aprendizagem, sistemas

de exame, assistência técnica e investigação, visto como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento educacional (Banco Mundial, 1996).

Os desafios que tange o âmbito educacional não são enfrentados apenas pelo Brasil, de modo que esse tema se fez central no Fórum das Américas, promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos), realizado no Brasil. Na qual vários países das Américas em situação socioeconômica semelhantes participaram a fim de discutir sobre características de impacto na qualidade educacional (Dourado, Oliveira e Santos, 2007). O presente trabalho entende a educação como uma prática social presente em diversos espaços e períodos da vida social dos indivíduos. Sendo assim, a educação obtida em espaços escolares são objetos de políticas públicas que devem cumprir funções imprescindíveis no processo de formação através de diversos níveis, ciclos e modalidades educativas.

Desta forma, sendo compreendidos como educação formal, realizadas através de instituições educativas, como as escolas de educação básica que trazem várias finalidades educacionais previamente estabelecidas. No entanto, devido às diferenças histórico-cultural dos países, seus projetos de nações, esses processos de ensino-aprendizagem diferem entre os outros, pois cada país estabelece suas bases e diretrizes vigentes em seus sistemas educacionais (Dourado, Oliveira e Santos, 2007). Então, compreende-se aqui, que a qualidade educacional é um conceito multifatorial e normativo, pois, na sua definição, induz-se também, dimensões correspondentes à filosofia, pedagogia, cultura, sociedade e economia (Unesco, 2003, p. 44). Por isso, a Unesco (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) realça como critérios especiais nas avaliações da qualidade, fatores que vão além da eficiência e eficácia, como: relevância, equidade e pertinência.

Todas essas informações são encaminhadas ou, ao menos, estão disponíveis facilmente para que os tomadores de decisão gastem seus esforços nesse quesito com algum grau de evidência no que pode ser melhorado. O patrono da educação brasileira, Paulo Freire em meio

ao seu extenso trabalho e reflexões proferiu a máxima: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” (UOL; 2019). Essa frase exemplifica os esforços e desafios tidos para instaurar um sistema de acompanhamento e avaliação do desempenho educacional dos municípios e, assim, ser possível a implementação de políticas públicas mais direcionadas e estruturadas.

Posto isso, apesar das liberdades e poderes institucionais do gestor serem as mesmas, independentemente do gênero deste ator político, alguns padrões de diferenças são percebidos na liderança (Moran, 1992). As mulheres tendem a estar mais preocupadas com questões ligadas à família e infância, como saúde, nutrição, e, como explorado neste caso, a educação (Thomas, 1991; Thomas e Welch, 1991). Desta forma, esse trabalho analisa o desempenho educacional dos municípios, adicionando a variável de gênero como característica importante para os resultados obtidos nessa política. De tal modo, a contribuir com a mobilização e testagem teórica de que a maior participação feminina na política aumenta os índices de políticas sobre questões domésticas, neste caso, a educação.

2.2 Preferências e Representatividade de Gênero

Tendo em vista que a personalidade é uma construção social influenciada pelo gênero, certas características de personalidades de indivíduos são padronizadas ou semelhantes aos grupos em que constituem. Eckel e Grossman (2008) consideram estudos que usam três diferentes padrões econômicos (ditador, ultimato e bens públicos) para comparar mulheres e homens quando confrontados com decisões econômicas. E, dessa forma, perceberam que as mulheres tendem a ser mais altruístas do que os homens. Essas diferenças são percebidas também nas preferências relacionadas à desigualdade e redistribuição. Andreoni e Vesterlund (2001), usando jogos de ditador, e Selten e Ockenfels (1998), usando jogos de solidariedade, observaram que as mulheres são mais avessas à desigualdade do que os homens. Alesina e

Giuliano (2011), por exemplo, mostram que as mulheres são mais pró-redistributivas do que os homens, mesmo depois de controlar a ideologia política.

Além disso, outros esforços acadêmicos demonstraram que mulheres se importam mais por temas sobre saúde e educação infantil. Por exemplo, Swers (2001) observou que as legisladoras são mais liberais em suas atitudes políticas e exibem um maior comprometimento com a busca de iniciativas feministas de preocupação tradicional às mulheres, incluindo educação, saúde e bem-estar. Thomas (1994) segue a mesma linha de pensamento que, por sua vez, analisou que os homens não compartilham a mesma lista de prioridades com as mulheres, que inclui questões relativas à família. Por fim, Mansbridge (1999) corrobora esta hipótese e afirma que compartilhar as mesmas experiências, permite que as mulheres sejam mais bem preparadas para representar os interesses femininos, que geralmente estão associados a pautas sociais.

No contexto brasileiro, Brollo e Troiano (2012) demonstraram que os homens são mais propensos a se envolver em irregularidades na esfera da administração pública, além de promoverem mais clientelismo político do que as mulheres a nível local. Em geral, a evidência prevalecente apoia a conclusão de que gênero a identidade é importante para as políticas públicas (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Pande e Ford, 2011; Schwindt-Bayer, 2006; Clots-Figueras, 2012; Brollo e Troiano, 2012). E, a forma como essa variável desenha as concepções desses burocratas e como isso pode afetar diretamente à sociedade, seja na condução da administração pública ou, como maior trabalhada neste trabalho, na atenção dada a alguns temas.

2.3 Impactos da mulher na política e nas políticas públicas

De acordo com Edlund e Pande (2002), as mulheres tendem a estar mais sujeitas ao aspecto político de esquerda. E, ideologias de esquerda tendem a estarem mais relacionadas à uma concepção de forte influência do Estado, logo, também, de políticas públicas. Em relação

à evidência de configurações sem políticas de reserva, Rehavi (2007) relata que o aumento da participação feminina nas legislaturas estaduais americanas está diretamente ligado à elevação dos gastos do Estado americano com saúde em 15% e, também, na redução da tendência de gastos no sistema prisional. Um ponto destacado por Schwindt-Bayer (2006) é que muitas vezes as mulheres ficam restritas às políticas relacionadas aos filhos por serem historicamente responsáveis pela educação destes, enquanto os homens dominam o status quo político, que é tido socialmente interpretado como questões centrais.

No caso brasileiro, Brollo e Troiano (2012) analisaram o efeito das prefeitas sobre transferência discricionária para investimento de capital, desempenho na área de saúde, em específico, políticas de pré-natal e, corrupção nos governos municipais. De tal forma que, suas descobertas demonstraram que o gênero importa para esses resultados. Pois, as engrenagens sociais colocam a mulher como principal responsável pela criação de crianças, logo, quando elas alcançam espaços de poder tendem a prestar atenção em temas que afetam diretamente o cotidiano doméstico.

3. DADOS E MÉTODO

Essa seção tem como objetivo descrever o desenho de pesquisa escolhido para solucionar a pergunta de pesquisa que move o trabalho: qual o efeito da liderança feminina sobre os resultados educacionais nos municípios brasileiros? Nas duas subseções presentes são descritos os objetivos, a hipótese, o recorte temporal, os dados e a técnica escolhida para sua análise.

3.1 Desenho de pesquisa

O principal objetivo deste trabalho de conclusão de curso é entender como a maior participação feminina na política afeta os resultados de desempenho educacional, ou seja, se o fator gênero das lideranças eleitas impacta as políticas públicas educacionais. Sendo uma pesquisa causal que se insere na literatura de gênero nas políticas públicas, a hipótese do trabalho é de que a maior participação feminina, nesse caso, o maior tempo de gestão que um município foi liderado por mulheres terá, também, os maiores índices de rendimento educacional. Essa causalidade se daria pois o tema educacional pode ser considerada uma pauta feminina (SCHWINDT-BAYER, 2006), sendo assim, as burocratas mulheres tenderiam a dar mais atenção para temas de questões familiares e infantis, tais como: saúde, nutrição e educação (THOMAS, 1991; THOMAS e WELCH, 1991).

No Brasil, mesmo em questões que a esfera a nível federal seja o principal ente de financiamento da educação, a entrega dessas políticas, ainda sim, é de responsabilidade do município, na qual obtém independência para decisões nesta área. A expectativa do trabalho é que os municípios que foram mais vezes liderados por mulheres no cargo de prefeitas apresentam maiores resultados de rendimento educacional em detrimento aos municípios que foram liderados mais vezes por homens como chefe do executivo municipal.

Os esforços iniciais foram a montagem do banco de dados com as informações referentes ao gênero dos burocratas das cidades analisadas dos anos de 2016 e 2020. O banco

está disposto em forma de painel e conta com as variáveis de (1) Gênero da prefeita, (2) taxa de aprovação, (3) indicador de rendimento, (4) nota do SAEB em matemática, (5) nota do SAEB em língua portuguesa, (6) nota do SAEB com média padronizada, (7) nota no IDEB (8) Gasto municipal com educação. Essas informações foram disponibilizadas pelas seguintes instituições: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as variáveis 2 a 7 foram obtidas através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De forma mais detalhada, trata-se de uma autarquia administrada pelo Inep, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). E, por último, o gasto municipal com educação através do FINBRA (Finanças Municipais). O desenho de pesquisa, de forma simplificada, pode ser visto através da Tabela 1.

A escolha de restrição temporal do banco de dados para os anos de 2016 e 2020 se deve a um motivo de questões de qualidade dos dados, além de testar a hipótese dentro de um recorte temporal não visto antes, visto que essa pergunta de pesquisa já foi respondida sobre os anos de 2004 e 2008 (Carvalho, 2015).

Tabela 2 - Desenho de Pesquisa

Pergunta de Pesquisa	A participação de mais mulheres na política traz melhora no desempenho da educação a nível local?
Objetivo geral	Analisar o efeito da participação feminina na política sobre os índices de rendimento educacional a nível local.
Objetivos Secundários	1. Mensurar o nível de participação feminina no setor executivo da política a nível municipal; 2. Analisar o efeito da forma da participação feminina sobre o desempenho da educação.
Unidade de análise	Municipal

Comparação	Gênero dos líderes executivos municipais e resultados educacionais
Fontes	TSE; INEP (IDEB); FINBRA
Recorte Temporal	2016; 2020
Técnicas de Análise	Regressão linear de dados de painel de efeitos fixos ou aleatórios
Software	Excel, R e R Studio

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de aumentar a cultura de transparência e de replicabilidade nas ciências sociais (KING, 1995; PARANHOS et al., 2013; JANZ, 2016) o banco de dados bem como os scripts utilizados para chegar nos resultados expostos na próxima seção estão disponíveis na plataforma do *Open Science Framework* (OSF).[1]

3.2 Dados em Painel: efeitos fixos ou aleatórios

A comparação de resultados diferentes a partir da adição ou subtração de componentes específicos são valiosos para a Ciência Política. De forma que muitos dados da área estão postos em formato de painel, ou seja, observações de unidades espaciais mensuradas em intervalos regulares do tempo (Beck, 2001).

Esse método, originalmente e, também, conhecido pelo nome de *Times-Series Cross-Section* (TSCS) envolve as bases de dados que combinam um aspecto espacial, como por exemplo, países, estados, pessoas, e nesse caso, município. E, outro aspecto, dessa vez, temporal como anos, meses, dias etc. (Beck, 2008). Ou seja, a observação de casos ao longo do tempo (time-series) por múltiplas observações transversais (*cross-section*) (Gujarati, 2004).

[1] [1] Todos os arquivos estão em repositório no seguinte link: https://osf.io/d8sf6/

Essa estratégia empírica é de suma importância para a qualidade das respostas do que uma a utilização de uma abordagem única.

Ademais, dados em painel proporcionam ganhos consideráveis em termos de aprimoramento de inferências causais, tamanho da amostra, mensuração e controle de *confounders* (Baltagi, 2005; Fortin-Rittberger, 2013). Esses ganhos também são acompanhados de custos, por isso, a estrutura do termo de erro necessita de certos procedimentos para que os resultados sejam seguros e sólidos (Worrall, 2008).

Este trabalho busca comparar o efeito do gênero dos prefeitos e prefeitas sobre os resultados educacionais de seus respectivos municípios de liderança, a partir de um recorte temporal.

Para tornar mais palpável, suponha esses dois cenários:

- Municípios mais vezes liderados por mulheres: apresentam o desempenho escolar X.
- Municípios mais vezes liderados por homens: apresentam o desempenho escolar Y.

O trabalho observará se as diferenças apresentadas no quesito de rendimento educacional nos municípios são derivadas devido ao fato de gênero do líder do executivo municipal das cidades. A fim de observar se há algum impacto do ingresso do gênero feminino sobre as políticas públicas, em específico, as educacionais. Ou seja, a partir da técnica de modelos de multinível, nesse caso, os efeitos fixos ou aleatórios, buscamos entender se o grupo de municípios liderados por mulheres apresentam melhores resultados educacionais em detrimento ao grupo de municípios liderados por homens ao longo do tempo das eleições analisadas. Tratando as unidades como amostra, e, as diferenças entre unidades através de um tempo de variância.

Essa abordagem, apesar de ser considerada adequada e sofisticada para a observação dos fenômenos estudados pela CPRI, o método ainda é pouco utilizado pelos pesquisadores. Numa amostra com mais de 7 mil artigos publicados entre os anos de 2000 e 2018 em

periódicos de CPRI, apenas 45 artigos citavam técnicas específicas de regressão de painel (Mesquita, Fernandes, Figueiredo Filho; 2021). Esse fator eleva a relevância desta pesquisa, pois auxilia a popularização do método nas pesquisas da área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira etapa antes da extração dos resultados se deu no pré-processamento dos dados, na qual 1 unidade pertencente ao ano de 2016 foi excluída, devido a não divulgação do gênero do seu(a) líder municipal. Em seguida, foi realizado uma descrição dos dados obtidos a partir da formação do banco de dados, revelando que em 2016, o total de mulheres eleitas como prefeitas foram de 641, representando 11,57% do total de cadeiras como líder do executivo municipal. Já em 2020, foi observado um tímido aumento de lideranças femininas ocupando este cargo, com 651 cidades brasileiras sendo comandadas por mulheres. A Tabela 3 descreve essa situação de forma mais detalhada.

Tabela 3 – Gênero dos líderes municipais

ANO	MULHERES ELEITAS	HOMENS ELEITOS
2016	641 (11,57%)	4.898 (88,43%)
2020	651 (12,1%)	4.750 (87,9%)

Fonte: Dados do TSE, elaboração própria

Após a descrição dos dados sobre a informação do gênero dos líderes do executivo dos municípios brasileiros, os esforços para testar a hipótese de que o gênero feminino exerce um efeito positivo sobre os resultados educacionais à nível municipal começam. Para isso, foram coletados a informação do gênero dos prefeitos(as), disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além dos resultados educacionais aferidos pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), na qual foi retirada uma média sobre os anos iniciais e finais. E, controlados a partir dos gastos com a educação de cada município, na qual foi incluído

apenas as despesas pagas. Ou seja, a o valor gasto referente ao terceiro estágio da despesa orçamentária, quando há o pagamento efetivo às entregas dos projetos que foram realizados. Os outros tipos de gastos não foram agregados no modelo, indicando uma de suas fragilidades. Sendo assim, esse foi o primeiro resultado entregue pela regressão.

Tabela 4: O efeito do gênero sobre os resultados educacionais

	Dependent variable:
	ideb
DS_GENEROFEMININO	-0.229***
	(-0.272, -0.185)
log(Valor)	-0.122***
	(-0.136, -0.108)
factor(ano)2017	0.171***
	(0.136, 0.206)
factor(ano)2019	0.418***
	(0.382, 0.453)
Constant	6.834***
	(6.605, 7.063)
Observations	24,001
R2	0.035
Adjusted R2	0.034
Residual Std. Error	1.130 (df = 23996)
F Statistic	215.038*** (df = 4; 23996)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura da tabela, observa-se que o p-valor é significativo para a variável de gênero sobre o desempenho apresentado por alunos de escolas municipais, no entanto, os resultados seguem na direção oposta da hipótese apresentada pelo trabalho. Demonstrando que o aumento de uma unidade na variável independente reduz a nota do IDEB em 22%, ou seja, quando uma mulher assume o comando da prefeitura, o desempenho na educação reduz em 22%. O R^2 ajustado apresenta o valor de 3% indicando que o modelo apresentado pouca

capacidade explicativa, há outras 97% na qual o modelo não é capaz de captar, manifestando a fragilidade do modelo.

Apesar do resultado indicar o lado oposto do que foi posto como hipótese alternativa, pode-se observar outras condições interessantes no modelo como, por exemplo, a variável de gasto, apresentada na tabela como “valor” revelar que quanto maior o gasto, menor a nota no IDEB. Dessa forma, explicita que os maiores gastos feitos na agenda da educação são maus feitos pelos tomadores de decisões da área. Outrossim, a regressão apresentou resultados positivos sobre o efeito dos anos, isso significa que há um crescimento na nota da educação básica de acordo com o avanço dos anos, demonstrando a evolução do país nesse aspecto. No gráfico abaixo, a diferença sobre o efeito do gênero nos resultados educacionais pode ser percebida de forma mais palpáveis.

Gráfico 1 – A variação das notas educacionais de acordo com o gênero do líder municipal

Fonte: elaboração própria

A partir desse gráfico é possível reforçar o que já foi dito previamente sobre o efeito que o gênero causa sobre os resultados educacionais, ademais, a explicitação de que ambos os gêneros se encontram abaixo da nota média, definida pelo IDEB como objetivo, de 6. Esse valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos e tido pelo Ministério da Educação como meta para 2022 (MEC, 2022).

Após a formulação da regressão sobre os resultados educacionais comparando com os gêneros dos líderes municipais, foi realizado outra regressão na qual mede o pacote de serie temporal, analisando a diferença no tempo. Ou seja, é a análise de um caso em várias situações diferentes, neste caso, em anos diferentes. O efeito da variável independente sobre a variável dependente à medida que o tempo passa.

Tabela 5 – Comparação de um caso sobre a variação do tempo

	Dependent variable:
	ideb
DS_GENEROFEMININO	0.000
	(-0.069, 0.069)
log(Valor)	0.680***
	(0.630, 0.729)
Observations	27,668
R2	0.031
Adjusted R2	-0.199
F Statistic	358.659*** (df = 2; 22359)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria

Neste modelo, observa-se que um caso, ou seja, a unidade de análise, o município sobre o avanço do tempo apresenta um valor significativo como apontado pelo p-valor. Isso quer dizer que, o efeito da variável gênero sobre a variável de educação permanece como o que foi afirmado nos parágrafos acima. Outrossim, este modelo apresentou uma maior capacidade explicativa sobre o fenômeno analisado, visto que o R2 ajustado apresentou o valor de 19,9%, indicando que o 19,9% da variação na variável dependente, ou seja, os resultados educacionais podem ser explicados pela variável independente deste trabalho, o gênero do prefeito.

Em complemento ao modelo acima, foi realizado um outro modelo de regressão linear, na qual os casos foram comparados entre eles ao longo da variação do tempo. Ou seja, a comparação entre os municípios sobre a medida em que os anos avançavam e as avaliações educacionais era realizadas. Abaixo, a apresentação da tabela com os resultados do modelo:

Tabela 6 – Comparação entre os casos sobre a variação do tempo

	Dependent variable:
	ideb
DS_GENEROFEMININO	-0.239***
	(-0.310, -0.168)
log(Valor)	-0.124***
	(-0.147, -0.101)
Constant	7.034***
	(6.659, 7.408)
Observations	8,636
R2	0.017
Adjusted R2	0.017
F Statistic	76.443*** (df = 2; 8633)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria

Nesta regressão é possível perceber novamente através do p-valor, um valor significativo para o modelo e uma direção clara. De forma a reforçar o primeiro resultado obtido, o modelo de comparação entre os casos sobre o avanço do tempo informa que a variável de gênero feminino afeta a variável de resultados educacionais de forma negativa, concretizando o entendimento de que a conclusão deste trabalho vai em direção oposta à hipótese alternativa apresentada por este.

No entanto, o R2 ajustado desse exemplar, apesar de apresentar um bom sinal para a robustez do modelo por obter o mesmo valor que o R2, aponta um valor menor que a regressão anterior. De tal modo, a comparação entre os casos, ou seja, a comparação entre os municípios sobre o avanço do tempo no que tange o efeito do gênero do líder municipal sobre a média dos resultados iniciais e finais apresentados pelo IDEB se justificam em apenas 1,7%.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho de conclusão de curso, busco saber como o efeito do gênero do prefeito afeta nos resultados das políticas educacionais. O método utilizado para medir esse efeito foi a de regressão linear com dados de painel, aplicado sobre um conjunto de variáveis a fim de aferir um efeito causal. Os resultados obtidos demonstraram que o gênero feminino não surte efeito positivo, no sentido de aumento no rendimento educacional à nível de educação básica. Foi utilizado os dados baseados no Índice de Educação Básica (IDEB), controlados pelo gasto orçamentário conferido como “despesas pagas”, disponibilizados pelo Finanças do Brasil (FINBRA) que é o banco de dados criado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Os resultados foram de lado contrário ao apontado como hipótese do trabalho, indicando que o gênero feminino do prefeito não produz melhores resultados educacionais em detrimento ao gênero masculino. Entretanto, requer-se cautela na interpretação dos dados, devido sua baixa capacidade explicativa do fenômeno, visto que outras características que podem afetar os resultados não foram observadas como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades, os outros tipos de gastos orçamentários feitos, como despesas líquidas e outras, além do dado sobre o valor recebido do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) de cada município, além da falta de adição do deflator nos gastos tidos, o que indica a falseabilidade do modelo. Além de que há outros problemas enfrentados por essa análise como, por exemplo, a falta de uso de dados mais refinados, como microdados sobre as escolas analisadas e uma análise dos efeitos a longo prazo, visto que resultados educação são medidas de longo prazo.

Por fim, outro caminho a seguir em pesquisas futuras é explorar a diferença entre esses resultados com o número de mulheres envolvidas dentro dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais do município. Por exemplo, a liderança da secretária da educação e outros órgãos inferiores e pertencentes à pasta educacional, além de considerar a influência dos conselhos locais.

REFERÊNCIAS

Alesina, A. and Giuliano, P. (2011). Preferences for redistribution. **Handbook of Social Economics**, 1(1 B):93–131.

Andreoni, J. and Vesterlund, L. (2001). Which is the Fair Sex? Gender Differences in Altruism. **The Quarterly Journal of Economics**, 116(1):293–312.

BALTAGI, Badi H. (2005), Econometric Analysis of Panel Data. England, **John Wiley & Sons Ltd**.

Barua, A., Davidson, L. F., Rama, D. V., and Thiruvadi, S. (2010). CFO Gender and Accruals Quality. **Accounting Horizons**, 24(1):25–39.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 **ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro**, 1980.

BECK, Nathaniel. (2001), "TIME-SERIES–CROSS-SECTION DATA: What Have We Learned in the Past Few Years?", **Annual Review of Political Science**, v. 4, n. 1: 271–293.

BECK, Nathaniel. (2008), "Time-Series Cross-Section Methods", in J. Box-Steffensmeier; H. Brady; D. Collier (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. New York, OUP: 475–493.

Brasil é apenas 130° em ranking que analisa igualdade salarial entre homens e mulheres com trabalho semelhante. **G1**, 17/12/2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/17/brasil-e-apenas-130o-em-ranking que-analisa-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-com-trabalho-semelhante.ghtml. Acesso em 06/03/2022

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb

Brollo, F. and Troiano, U. (2012). What Happens When a Woman Wins a Close Election? Evidence from Brazil. Working Paper.

Burrows, A. and Harvey, L., 1992, Defining Quality in Higher Education: the stakeholder approach. **Paper to the AETT Conference**, York, 6th-9th April 1992.

Clots-Figueras, I. (2012). Are Female Leaders Good for Education? Evidence from India.

American Economic Journal: Applied Economics, 4(1):212–244.

Chattopadhyay, R. and Duflo, E. (2004). Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India. **Econometrica**, 72(5):1409–1443

Croson, R. and Gneezy, U. (2009). Gender Differences in Preferences. **Journal of Economic Literature**, 47(2):448–474.

Desigualdade de gênero no trabalho só acabará daqui a 257 anos, aponta Fórum Econômico Mundial. **G1**, 17/12/2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/17/desigualdade-de-genero-no-trabalho-so-acabara-daqui-a-257-anos-aponta-forum-economico-mundial.ghtml . Acesso em 06/03/2022

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília (DF), v. 24, n. 22, p.5-34, 2007.

Eckel, C. C. and Grossman, P. J. (2008). Differences in the Economic Decisions of Men and Women: Experimental Evidence. **Handbook of Experimental Economics Results**, 1(C):509–519

Edlund, L. and Pande, R. (2002). Why Have Women Become Left-Wing? The Political Gender Gap and the Decline in Marriage. **The Quarterly Journal of Economics**, 117(3):917–961.

FRANCO, Ana Maria de Paiva. Os determinantes da qualidade da educação no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, **University of São Paulo**, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.12.2009.tde-27032009-100849. Acesso em: 2022-09-11.

FORTIN-RITTBERGER, J. (2013), “Time-Series Cross-Section”, in H. Best; C. Wolf (Eds.), **The SAGE Handbook of Regression Analysis and Causal Inference**. London, SAGE Publications: 387–408.

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** - v. 31, n. 1. Janeiro/abril, 2016.

GUJARATI, Damodar N. Basic **Econometrics**. McGraw-Hill Companies. New York, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JANZ, Nicole. Bringing the gold standard into the classroom: replication in university teaching. International Studies Perspectives, v. 17, n. 4, p. 392-407, 2016.

JHA, Chandan Kumar e SARANGI, Sarangi. Women and Corruption: What Positions Must They Hold to Make a Difference?, **Louisiana State University**, 2014

KING, Gary. (2001). “Proper Nouns and Methodological Propriety: Pooling Dyads in International Relations Data”, **International Organization**, v. 55, n. 2: 497-507.

MESQUITA, Rafael; FERNANDES, Antônio Alves Tôrres; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Uma introdução à regressão com dados de painel. **Revista Política Hoje**, [S.l.], jul. 2021. ISSN 0104-7094. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/246522>. Acesso em: 05 jul. 2022.

MENA, Fernanda. Pandemia deflagra crise do cuidado e põe em risco conquistas femininas. **Folha de SP**, 07/03/2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/pandemia-deflagra-crise-do-cuidado-e-poe-em-risco-conquistas-femininas.shtml. Acesso em: 06/03/2022

MOLINA, Rivas Frederico. Qualidade da educação não avança na América Latina, segundo Unesco. **EL PAÍS Brasil**, 30/11/2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-11-30/qualidade-da-educacao-nao-avanca-na-america-latina-segundo-a-unesco.html. Acesso em: 06/03/2022

Moran, B. (1992). Gender Differences in Leadership. Library trends, 40(3):475–91.

PEQUIM. **Declaração e plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. In: FROSSARD, H. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: **Secretaria Especial de Políticas para Mulheres**. p. 15-25. 2006.

OLIVEIRA, Elida. Brasil melhora acesso à escola, mas ainda precisa superar desigualdade, aponta OCDE. **G1**, 30/06/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/30/brasil-melhora-acesso-a-escola-mas-ainda-precisa-superar-desigualdade-aponta-ocde.ghtml .Acesso em: 06/03/2022

OLIVEIRA, A. C. P.; WALDHELM, A. P. S. Liderança do diretor, clima escolar e desempenho dos estudantes: qual a relação? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 93, p. 824-44, out./dez. 2016. https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000400003

Pande, R. and Ford, D. (2011). Gender Quotas and Female Leadership. World Development Report on Gender.

Philipp Hessel, María José González Jaramillo, Davide Rasella, Ana Clara Duran, and Olga L. Sarmiento. “Increases In Women’s Political Representation Associated With Reductions In Child Mortality In Brazil”. **Health Affairs**, 39, no. 7, p. 1166–1174, 2020

PARANHOS, Ranulfo et al. A importância da replicabilidade na ciência política: o caso do SIGOBR. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 2, p. 213-229, 2013.

PINTO, Ana. Brasil despenca em ranking global de igualdade entre gêneros. **Folha de SP**, 31/03/2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/brasil-despenca-em-ranking-global-de-igualdade-entre-generos.shtml. Acesso em: 06/03/2022

PORFíRIO, Francisco. "Paulo Freire"; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.html .Acesso em 23 de maio de 2022.

Powell, M. and Ansic, D. (1997). Gender differences in risk behaviour in financial decision making: An experimental analysis. **Journal of Economic Psychology**, 18(6):605–628.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. p. 117-142.

Rehavi, M.. (2007). Sex and Politics: Do Female Legislators Affect State Spending?.

Schwindt-Bayer, L. A. (2006). Still of Gender Supermadres? Latin the Policy Priorities American Legislators. **American Journal of Political Science**, 50(3):570–585.

Selten, R. and Ockenfels, A. (1998). An experimental solidarity games. J**ournal of Economic Behavior & Organization**, 34(4):517–539.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH** [online]. 2005, vol.8, n.2 [citado 2022-07-16], pp. 65-76 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1516-0858.

Swers, M. (2001). Understanding the policy impact of electing a women: Evidence from Research on Congress and State Legislatures. **Political Science & Politics**, (02):217–220.

Tam, M. (2010). Measuring quality and performance in higher education. **Quality in Higher Education**, 7(1), 47–54. http://dx.doi.org/10.1080/13538320120045076

Thomas, S. and Welch, S. (1991). The Impact of Gender on Activities and Priorities of State Legislators. **The Western Political Quartely**, 44(2):445–456.

Thomas, S. (1991). The Impact of Women on State Legislative Policies. **The Journal of Politics**, 53(04):958.

Thomas, D. (1990). Intra-Household Resource Allocation: An Inferential Approach. **The Journal of Human Resources**, 25(4):635–664.

Wenham, Clare; Smith, Julia; Davies, Sara E; Feng, Huiyun; Grépin, Karen A; Harman, Sophie; Herten-Crabb, Asha; Morgan, Rosemary. Women are most affected by pandemics - lessons from past outbreaks. **Nature**; 583(7815): 194-198, 2020 07.

WORRALL, John L. (2008), "An introduction to pooling cross-sectional and time series data", in S. Menard (Ed.) **Handbook of longitudinal research: Design, measurement, and analysis, Elsevier**: 233-248.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rodrigues, Alice Juliane da Costa.
AS NETAS DAS PREFEITAS QUE VOCÊS NÃO CONSEGUIRAM QUEIMAR: Gênero e desempenho educacional (2016-2020) / Alice Juliane da Costa Rodrigues. - Recife, 2022.
45 : il., tab.

Orientador(a): Mariana Batista da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2022.
Inclui referências.

1. Políticas Públicas. 2. Gênero. 3. Educação. 4. Município. I. Silva, Mariana Batista da. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)